

Senado e STF vão buscar solução para a impunidade

Senadores e juízes deverão formar comissão para sugerir leis que permitam punição mais efetiva para políticos corruptos. **4**



Presidente do Supremo critica o fim do foro privilegiado

Ministro Cezar Peluso participa de debate na CCJ sobre propostas de emendas constitucionais. Ele defendeu férias de 60 dias para os juízes. **5**

Cezar Peluso (E), Demostenes Torres e José Sarney, na audiência pública da CCJ

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVI – Nº 3.231 – Brasília, quinta-feira, 13 de maio de 2010

Plenário decide se reajuste a aposentados terá prioridade

Por falta de acordo entre os líderes partidários, matérias que constavam da pauta de ontem são transferidas para a sessão de hoje. Requerimento de Paulo Paim solicita preferência de votação para exame do reajuste

Antes de iniciar o exame de quatro medidas provisórias que trancam a ordem do dia, a Mesa terá de submeter ao Plenário o requerimento que solicita a inversão de pauta, com pre-

ferência para votação do reajuste de 7,72% para as aposentadorias com valor acima de um salário mínimo. Esse projeto também extingue o fator previdenciário a partir de 1º de janeiro de 2011. A votação das MPs é

necessária para viabilizar o exame das quatro iniciativas que tratam do pré-sal, também prioritárias. Só então poderá ser apreciado o projeto Ficha Limpa, que limita a candidatura de condenados em decisão colegiada. **2**

Indígenas dizem que decreto fere os direitos humanos

Em audiência pública realizada ontem na CDH, representantes dos povos indígenas criticaram duramente o decreto do presidente Lula que reformulou a estrutura da Funai, inclusive com a extinção de postos nas aldeias. **7**



Índios e parlamentares debatem o decreto presidencial: possível violação de normas internacionais

Senado reverencia a memória de Joaquim Nabuco

8



Rosalba Ciarlini preside encontro promovido por seis comissões permanentes da Casa para debater o Fundo Social

Fundo Social do pré-sal precisa ter cautela no uso dos recursos

Essa foi uma das conclusões a que chegaram os participantes do debate organizado ontem por seis comissões para avaliar a proposta do governo que aguarda votação no Plenário. **6**

Novas regras para oferta de medicamentos pelo SUS

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem, em decisão final, um projeto que fixa novas regras para a distribuição de remédios pela rede pública, em especial os de alto custo. **3**

Paulo Paim pede que medida provisória com reajuste para aposentados seja votada antes das outras que já obstruem as deliberações do Senado

Plenário terá que decidir sobre inversão de pauta

POR FALTA DE acordo entre os líderes partidários, o 3º secretário do Senado, senador Mão Santa (PSC-PI), transferiu para a sessão deliberativa de hoje as matérias que constavam da ordem do dia de ontem.

Antes de começar o exame de quatro medidas provisórias (MPs) que trancam a ordem do dia, a Mesa terá de submeter ao Plenário um requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS) que solicita inversão de pauta e preferência para exame do reajuste das aposentadorias.

O Projeto de Lei de Conversão (PLV) 2/10, resultante das modificações feitas pela Câmara dos Deputados na Medida Provisória (MP) 475/09, fixa em 7,72% o reajuste dos benefícios da Previdência Social com valores superiores a um salário mínimo, retroativamente a 1º de janeiro de 2010. O projeto também extingue o fator previdenciário a partir de 1º de janeiro de 2011. Lido no Plenário na terça-feira à noite, esse projeto entrou em quarto lugar na fila de votações.

Estão na frente do reajuste das aposentadorias duas MPs – 477/09 e 480/10, que abrem

créditos extraordinários – e o PLV 3/10, oriundo da MP 474/09, que fixa o salário mínimo em R\$ 510 a partir de 1º de janeiro de 2010. Depois do PLV 2/10, vêm os quatro projetos que definem o marco regulatório para exploração do petróleo da camada pré-sal e que tramitam em regime de urgência – PLC 309/09, PLC 7/10, PLC 8/10 e PLC 16/10.

Ao apresentar o requerimento para inversão de pauta, ontem, Paulo Paim afirmou que a proposição conta com o apoio de vários líderes partidários, mas alguns preferem votar as quatro MPs na sessão deliberativa da próxima terça-feira. O que preocupa o senador é que a MP dos aposentados – assim como as demais MPs que se encontram na pauta – perderá validade a partir de 1º de junho, se até lá não for votada pelo Plenário.

Ficha Limpa

A votação das MPs é necessária também para desobstruir a pauta e assim viabilizar o exame do projeto Ficha Limpa, que impede a candidatura de políticos condenados pela Justiça em decisão colegiada (veja mais na página 4). Ao receber simbolicamente



José Sarney (1º à dir.) recebe deputados e representantes de pessoas com deficiência: presidente do Senado diz já estar na causa desde antes de assumir o cargo

o projeto ontem, o presidente do Senado, José Sarney, defendeu urgência para a matéria, a fim de que ela possa ser votada diretamente em Plenário, sem análise de comissões técnicas da Casa.

Entretanto, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou que a prioridade do governo é a aprovação dos quatro projetos do marco regulatório do pré-sal.

Paim desmente erro técnico em projeto aprovado

Paulo Paim (PT-RS) rebateu ontem a informação de que haveria um erro técnico no PLV 2/10 (dois índices diferentes de reajuste: 7% e 7,72%), o que forçaria seu retorno à Câmara para correção e nova votação.

– Não sei quem plantou essa notícia totalmente inverídica – disse o senador.

Paim leu o artigo 1º do projeto: “Os benefícios mantidos pela Previdência Social serão reajustados a partir de 1º de janeiro de 2010, consequentemente retroativos, em 7,72%”.

– Aqui não existe, em nenhum lugar, o tal índice de 6,14% ou de 7%. Não existem dois índices.

O senador também leu trecho



Senador acha que suposto erro é “notícia plantada”

que trata do fator previdenciário: “Até 31 de dezembro de 2010, o fator previdenciário será calculado considerando-se a idade, a expectativa de sobrevivência e o tempo de contribuição do segurado ao se aposentar, segundo a fórmula constante do anexo dessa lei. Parágrafo 10: A

partir de 1º de janeiro de 2011, o fator previdenciário não será mais aplicado ao cálculo do salário de benefício”.

Ele lamentou que o projeto não tenha sido votado nesta semana e disse que vai cobrar dos líderes um acordo para a votação da matéria na terça.

O senador Jayme Campos (DEM-MT) declarou, em aparte, que a bancada do Democratas decidiu apoiar a votação do reajuste antes das demais matérias. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) comunicou que votará pela aprovação do projeto. Mário Couto (PSDB-PA) afirmou que os aposentados são a categoria mais abandonada do país.

Arns rebate acusações de uso eleitoral

O senador Flávio Arns (PSDB-PR) rebateu críticas de que os parlamentares têm motivações eleitorais para aprovar o PLV 2/10, proveniente da medida provisória (MP 475/09) que reajusta as aposentadorias e acaba com o fator previdenciário.

Ele lembrou que projetos que beneficiam os aposentados foram aprovados há cerca de dois anos pelo Senado e ainda aguardam a tramitação na Câmara.

Flávio Arns também relatou a dificuldade que alguns pais estão enfrentando para matricular seus filhos na 1ª série do ensino fundamental por ainda não terem 6 anos completos. O parlamentar lembrou que a educação infantil vai até os 5 anos de idade e, a partir daí, a Constituição assegura o direito à matrícula no primeiro ano.

Aposentado que voltar a trabalhar poderá sacar FGTS

O aposentado que continuar no mesmo emprego ou firmar novo contrato de trabalho poderá movimentar a conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Proposta (PLS 255/07) aprovada ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), define que os saques poderão ser feitos a cada 12 meses ou quando o contrato for rescindido. Outra mudança na legislação é a redução, de 70 para 65 anos, da idade mínima a partir da qual o idoso pode sacar recursos do fundo.

O texto – um substitutivo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) a projeto do senador Neuto De Conto (PMDB-SC) – já havia sido aprovado no dia 14 de abril pela comis-

são, tendo agora sido submetido a turno suplementar. A proposta deve seguir para a Câmara dos Deputados, se não houver recursos para exame do Plenário.

Neuto De Conto afirma que o direito à movimentação da conta já é reconhecido pela Caixa Econômica Federal para quem se aposenta e continua trabalhando na mesma empresa, mas não é assegurado àquele que, depois de aposentar-se, muda de emprego.

Azeredo diz, por sua vez, que hoje, com o envelhecimento relativo da população, o FGTS “é mais um instrumento de auxílio ao trabalhador em períodos de eventual dificuldade financeira, decorrente, por exemplo, de longos períodos de inatividade”.

Sarney apoia tempo menor para aposentadoria de deficientes

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem representantes de pessoas com deficiência que pediram agilidade na votação do Projeto de Lei da Câmara (PLC – Complementar) 40/2010 que reduz o tempo de contribuição exigido para a aposentadoria dos portadores de deficiência grave. A proposta, apresentada pelo então deputado e atual vereador Leonardo Mattos (PV-MG), presente ao encontro, chegou ao Senado em abril.

– Podem contar comigo porque já estou nessa causa desde antes de ser presidente – afirmou Sarney.

No caso de deficiência leve, o tempo de contribuição previsto no projeto será de 30 anos para homens e de 25 para mulheres;

no de deficiência moderada, 27 e 22 anos de contribuição; e no de deficiência grave, de 25 e 20 anos.

A aposentadoria por idade também poderá ser requisitada, de acordo com a proposta, com cinco anos a menos que a idade exigida atualmente, 65 para homens e 60 para mulheres, desde que tenha havido contribuição por no mínimo 15 anos.

Regulamentação a ser criada vai determinar o grau de limitação – física, mental, intelectual ou sensorial, auditiva, visual ou múltipla – que classificará o segurado como pessoa com deficiência. Também definirá o grau de deficiência a ser atestado por perícia médica do INSS a cada cinco anos.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Medidas provisórias trancam pauta

14h A sessão deliberativa de hoje tem a pauta trancada por duas medidas provisórias (477/09 e 480/10) que abrem crédito para ministérios.

Presidência Ordem do dia

14h O presidente do Senado, José Sarney, preside a ordem do dia da sessão plenária.

CE Entidades beneficentes

9h30 As comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Assuntos Sociais promovem seminário para discutir a regulamentação da lei que trata da certificação das entidades beneficentes de assistência social. Entre os convidados, a diretora do Departamento da Rede Socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Cláudia Saboia; o assessor da Presidência da República Diogo Santana; e a coordenadora-geral de Atenção Hospitalar, do Ministério da Saúde, Karla Larica Wanderley.

CRE Embaixadas na Lituânia e Guatemala

9h30 A Comissão de Relações Exteriores examina a indicação de Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão e José Roberto de Almeida Pinto para embaixadores na Lituânia e Guatemala, respectivamente.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Comissão vai apressar canal comunitário e legislativo via cabo

O superintendente de Serviços e Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Ara Apkar Minassian, prometeu entregar à Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), no prazo de uma semana, a relação de cerca de 380 municípios que têm direito a um canal de televisão comunitária por cabo. Com isso, essas cidades, suas prefeituras e câmaras de vereadores poderão pedir ao Ministério das Comunicações a instalação de canais comunitários, enquanto não for possível instalar os chamados canais da cidadania, digitais e em sinal aberto.

A decisão foi anunciada em audiência pública na CCT, que teve a participação de Minassian; da professora de Comunicação Social Círcia Maria Peruzzo, da Universidade Metodista de São Paulo; de Édio Henrique de Almeida, consultor jurídico do Ministério das Comunicações; e de Pedro Ortiz, diretor-geral da TV Universidade de São Paulo e do Canal Universitário de São

Paulo. O debate serviu para instruir a votação do projeto do senador Renato Casagrande (PSB-ES) que regulamenta as emissoras comunitárias de TV (PLS 483/08). Ara Minassian, Édio Almeida e o senador Hélio Costa (PMDB-MG), ex-ministro das Comunicações, mostraram que o projeto de Casagrande está parcialmente atendido pelo Decreto 5.820/06 e pela Portaria 189/10, que cria o Sistema Brasileiro de TV Digital, dispondo sobre o canal da cidadania.

Inicialmente, os canais da cidadania funcionarão nas 27 capitais e em 712 cidades de maior expressão no país, nos canais de números 60 a 69, com potência de 6 megahertz. A legislação para TV pública digital prevê quatro canais de exploração direta pela União, sendo um deles para uso das comunidades. A previsão de Hélio Costa, Minassian e Édio Henrique é que cada cidade brasileira tenha uma central de produção e transmissão de TV de cidadania.



Hélio Costa (C) acredita que legislação vigente atende a projeto em exame

Senadores questionam TVs de cidadania no interior

O senador Hélio Costa, ex-ministro das Comunicações, informou durante a audiência pública sobre TVs comunitárias e de cidadania na CCT que, em dois anos, todo o país receberá o sinal aberto de TV pelo sistema digital e que, em 2016, não haverá mais canais analógicos no país. Em 2011, os aparelhos de LCD e plasma produzidos no Brasil terão, obrigatoriamente, um botão conversor para o sistema digital.

Renato Casagrande (PSB-ES) e Gerson Camata (PMDB-ES) quiseram saber como as pequenas

cidades podem também ter TVs comunitárias ou de cidadania. O superintendente de Serviços de Comunicação Social de Massa da Anatel, Ara Minassian, e Hélio Costa informaram que basta pedir ao Ministério das Comunicações. Minassian disse que há 380 canais comunitários pelo sistema de cabo disponíveis em várias cidades do país, mas desativados. Segundo o professor Pedro Ortiz, da Universidade de São Paulo (USP), um dos problemas é a falta de recursos para as pequenas comunidades instalarem e manterem o canal.

Cursos de magistério ainda são necessários no país

Os tradicionais cursos de magistério, de formação em nível médio, precisam ser mantidos no sistema escolar do país, defenderam participantes da audiência realizada na Comissão de Educação (CE). A visão é de que esses cursos ainda são necessários, já que há muitos municípios no país carentes de professores e se vendo ainda obrigados a manter leigos na atividade.

Mesmo onde já existem cursos de nível superior em Pedagogia, o entendimento é que o curso de magistério pode representar uma alternativa válida de formação inicial, defendeu Fátima Clei-

de (PT-RO). O debate, proposto por ela e por Ideli Salvatti (PT-SC), analisou o PLC 280/09, que visa exigir formação superior para os professores que atuam na educação básica. No entanto, permite a contratação de mestres com formação apenas em nível médio nas localidades onde comprovadamente não existirem profissionais diplomados. Os participantes da audiência defenderam ainda que haja um prazo de transição para a regra legal começar a valer.

Para a presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Yvelise

Objetivo da proposta é dar solução para o crescente número de processos judiciais exigindo fornecimento pelo sistema público de saúde de remédios de alto custo



Propostas de Tião Viana (foto menor) e Flávio Arns (D) foram mescladas em texto único

CAS aprova regras de oferta de medicamentos pelo SUS

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou terminativamente ontem proposta que permitirá a ampliação da oferta de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O projeto pretende combater o crescimento do número de ações judiciais iniciadas para obrigar o SUS a fornecer medicamentos – especialmente os de alto custo –, produtos para a saúde e procedimentos cirúrgicos, terapêuticos e de reabilitação.

O relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) para o projeto de lei (PLS 338/07), do senador Flávio Arns (PSDB-PR), aproveitou sugestões do PLS 219/07, do senador Tião Viana (PT-AC), que tramitava conjuntamente.

– Dou testemunho do empenho e preocupação permanentes dos senadores Tião Viana e Flávio Arns, que em todos os momentos buscaram um entendimento, trazendo ao nosso trabalho soluções para divergências que pareciam insuperáveis – disse Jereissati.

O relator se referiu ao desa-

fio de resolver dois problemas praticamente opostos: atender à busca de tratamento para vítimas de doenças raras, o foco do projeto de Arns, e a defesa dos recursos do SUS, preocupação de Tião Viana, que apontava para os lobbies da indústria farmacêutica.

Para Viana, o SUS hoje, sobrecarregado por gastos impostos judicialmente, relacionados a medicamentos experimentais, tem encontrado dificuldades para suprir a demanda por remédios de uso comum, amplamente utilizados pela população.

Assistência integral

O texto define que a assistência terapêutica integral a ser prestada pelo SUS consiste de duas ações: fornecimento de medicamentos e produtos de interesse para a saúde e oferta de procedimentos terapêuticos em regime domiciliar, ambulatorial e hospitalar.

Pelo projeto, a incorporação, exclusão ou alteração, pelo

SUS, de novos medicamentos, produtos e procedimentos e a constituição ou modificação de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica são atribuições do Ministério da Saúde, que será assessorado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS.

O relatório dessa comissão levará em consideração dois aspectos: as evidências científicas sobre a eficácia, a precisão, a efetividade e a segurança do medicamento, produto ou procedimento em questão e a avaliação econômica comparativa dos benefícios e dos custos em relação às tecnologias já incorporadas.

A proposta também determina que não se pode negar a incorporação do medicamento, produto ou procedimento, nem autorizar a exclusão das tabelas do SUS com base no impacto econômico da medida, exceto se a doença estiver “plena e expressamente contemplada em protocolo clínico e em diretrizes terapêuticas específicas”.

Lei da Filantropia é tema de seminário

A regulamentação da Lei da Filantropia será debatida hoje em seminário na Comissão de Assuntos Sociais, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O requerimento para a realização do evento é de Flávio Arns (PSDB-PR).

A Lei 12.101/09 trata da certificação de entidades beneficentes de assistência social e regula

procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social. Arns argumenta que a lei exige regulamentação urgente, pois contém prazos e exigências que precisam ser observados.

Também foi acatado requerimento de Cícero Lucena (PMDB-PB) e Arns para a realização de audiência sobre as necessidades dos portadores de psoríase.

Outro requerimento aprovado, apresentado por Paulo Paim (PT-RS), pede uma diligência no Rio Grande do Sul “para apurar situação de violência contra os trabalhadores e suas organizações”. Entre as denúncias a serem investigadas, está a de acidentes de trabalho na Usina Termelétrica Presidente Médici, em Bagé (RS).



Yvelise Arco-Verde (D), ao lado da senadora Fátima Cleide, em audiência na CE

Campos, da Fundação Carlos Chagas, consideraram o risco de se alfabetizar as crianças precocemente. Mas Flávio Arns esclareceu que as adaptações foram necessárias para compatibilizar a LDO à emenda que ampliou

o ensino fundamental para nove anos, garantindo a oferta obrigatória de um ano inicial correspondente à pré-escola (antigo jardim 3) na rede pública, e não para terminar o ensino fundamental mais tarde.

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) cobrou ontem em Plenário ações mais efetivas dos governos federal e estadual no combate ao crack. Ele também apontou a necessidade de participação do Congresso no debate do problema e do empenho da sociedade e da mídia para a conscientização sobre os efeitos da droga. Entre os problemas relacionados ao crack – subproduto da cocaína – o senador destacou a rápida dependência causada pela droga, sua ação devastadora no organismo e seu baixo custo, o que leva o usuário a trocar qualquer bem por determinada quantidade do entorpecente. O senador destacou a importância da ajuda especializada aos dependentes.

Salientando que não é mais candidato a nenhum cargo eletivo, o senador **Mário Couto (PSDB-PA)** disse ontem que o povo paraense precisa ter consciência do momento delicado e difícil que o estado vive. Ele afirmou que dói ver o abandono do interior do estado e que a educação nunca esteve tão mal como agora. Segundo o senador, a governadora Ana Júlia Carepa (PT) está sendo obrigada a devolver R\$ 82 milhões, que deveriam ser utilizados na educação, por não ter cumprido as exigências do governo federal.

– Onde está a responsabilidade de um governo com a população paraense que votou e colocou a governadora no poder? – questionou.

A decisão dos ministérios públicos Federal e Estadual de solicitar a revisão de todas as licenças ambientais emitidas na Bahia desde 2005 foi criticada ontem por **César Borges (PR-BA)**. A medida causa insegurança jurídica no que se refere a várias obras nas avenidas Paralela e Otávio Mangabeira, em Salvador, afirmou. César Borges informou que, no último dia 3, foi dada entrada em ação contra o município de Salvador, com chancela dos MPs, além do Ibama, como resultado de inquérito civil iniciado em 2008. Os órgãos de fiscalização alegam que o Conselho Municipal do Meio Ambiente deveria ter sido ouvido em relação aos licenciamentos concedidos pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

A senadora **Lúcia Vânia (PSDB-GO)** comemorou ontem em Plenário os 88 anos de emancipação da cidade de Aparecida de Goiás, na região metropolitana de Goiânia. Segundo a senadora, Aparecida não é mais apenas “a cidade dormitório, a capital com crescimento desordenado em todos os sentidos”. Lúcia Vânia lembrou que a cidade está entre os três municípios com melhores condições para se investir em Goiás, juntamente com Anápolis e Rio Verde.

– Alegro-me, pois, com o povo de Aparecida de Goiás nos seus 88 anos. Tão nova cidade, mas tão ciente do seu destino de polo de desenvolvimento do nosso Estado e de berço de uma população que aí nasceu e se orgulha de ser aparecidense – disse.

Pedro Simon e Cezar Peluso se envolvem em polêmica durante debate na CCJ sobre propostas de emenda constitucional, mas decidem cooperar para buscar uma solução

Para Pedro Simon (D), combate à impunidade começa por cima: “Deputado, empresário e banqueiro não é condenado nunca”



Fotos de José Cruz

Senado e STF buscam juntos projetos contra impunidade

UMA POLÊMICA ENTRE o senador Pedro Simon (PMDB-RS) e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, em torno da impunidade de políticos terminou em acordo ontem, em audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Senadores e ministros do Supremo vão formar uma comissão para debater leis que permitam julgamento mais rápido de processos criminais.

O debate entre Simon e Peluso foi acalorado. O senador cobrou da Justiça mais celeridade no julgamento de ocupantes de cargos públicos e de candidatos a cargos eletivos. Os comentários foram feitos a propósito do projeto Ficha Limpa, cujo texto aprovado na Câmara dos Deputados impede a candidatura de políticos condenados pela Justiça em segunda instância.

Embora o tema da audiência fossem as férias do Judiciário, Simon aproveitou a presença

de Peluso para pedir à Suprema Corte que priorize o julgamento de políticos processados criminalmente, coibindo, assim, a diplomação ou exercício de mandato por acusados com processo ainda em andamento.

– É preciso tentar fazer alguma coisa para mudar isso. O Brasil é o país da impunidade, onde o acusado, se é deputado, empresário, banqueiro, não é condenado nunca. O combate à impunidade tem que começar por cima – declarou, dirigindo o apelo diretamente ao STF.

Peluso reagiu à cobrança do parlamentar afirmando que o combate à impunidade não pode ser objeto de simplificações e de uma visão irrealista.

– Em primeiro lugar, os tribunais não têm por função condenar ninguém, e sim julgar. Mas, em matéria criminal, é preciso atentar para a divisão de funções e responsabilidades. É ilusório pensar que o STF, ou outro tri-

bunal, possa resolver essa crise de impunidade – rebateu o presidente do Supremo.

Simon lamentou que o STF nunca tenha condenado ninguém e Cezar Peluso, em resposta, disse que o tribunal nunca absolveu um acusado com provas válidas e suficientes para justificar sua condenação.

Embora reconheça que o sistema judiciário como um todo, incluindo a polícia e o Ministério Público, e não apenas o Poder Judiciário, necessita ser aperfeiçoado, Cezar Peluso adiantou que o STF tem adotado medidas para acelerar os processos em tramitação. Mas ponderou ser difícil conferir a prioridade exigida ao julgamento dos processos criminais, pois cada ministro tem de lidar com um volume anual de 15 mil processos.

– Uma coisa é certa: o STF não põe nada dentro da gaveta. Essa demora não se deve à negligência dos juizes – sustentou.

Sarney defende urgência para o Ficha Limpa

O presidente do Senado, José Sarney, quer urgência para a votação do projeto Ficha Limpa, que impede a candidatura de políticos condenados em decisão colegiada, tomada em processo ainda em tramitação no Judiciário. Esse regime de urgência propiciará à matéria ser votada diretamente em Plenário, sem análise de comissões técnicas da Casa.

– Vou propor ao colégio de líderes que façamos essa votação em regime de urgência – disse Sarney.

O senador deu essa declaração ao receber, de forma simbólica, o projeto Ficha Limpa, entregue ontem por representantes do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral e deputados federais. O projeto teve sua votação concluída na Câmara na terça-feira e pode chegar hoje ao Senado.



Ideli e Jucá: líder do governo diz que Ficha Limpa não será votado a toque de caixa

Jucá afirma que os projetos do pré-sal são prioridade do governo

O projeto Ficha Limpa não será votado antes das propostas que criam o marco regulatório do pré-sal, afirmou ontem o líder do governo no Senado, Romero Jucá. O projeto, aprovado na terça-feira pela Câmara dos Deputados, impede a candidatura de políticos condenados em decisão colegiada tomada em processo ainda em tramitação no Judiciário.

O senador disse que o governo pretende aprovar tanto os projetos do pré-sal quanto o Ficha Limpa, mas que deseja ter tempo para discutir este último, suas implicações, a constituo-

nalidade e a que nível impede as candidaturas.

– Não vamos votar a toque de caixa. A prioridade do governo é o pré-sal – afirmou Jucá.

Sobre o projeto de lei de conversão (PLV) 2/10, proveniente da medida provisória (MP) 475/09, que reajusta em 7,72% as aposentadorias acima de um salário mínimo e acaba com o fator previdenciário – e que chegou ao Senado na terça-feira –, Jucá disse que o governo deseja garantir o aumento aos aposentados, mas ainda está discutindo a questão do fator previdenciário.

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o senador **Eduardo Azeredo (PSDB-MG)** questionou a aproximação do governo brasileiro com o regime iraniano, na véspera da viagem que o presidente Lula fará àquele país. Ele afirmou que o Brasil tem “uma longa tradição de relações com todos os países, mas não pode se afastar de uma linha de coerência, de respeito aos direitos humanos, à democracia”. O senador afirmou que o regime iraniano perdeu a credibilidade com as declarações de seu presidente, Mahmoud Ahmadinejad, contra Israel. Para o parlamentar, a aproximação do Brasil com o Irã “é uma aposta alta, que traz riscos enormes”.

O senador **Jayme Campos (DEM-MT)** propôs em Plenário que o governo faça um levantamento cultural e genético dos brasileiros que atingiram 100 anos de idade, empregando no trabalho o IBGE e os ministérios da Saúde e da Cultura. Para ele, tal investigação servirá de base para estudos de compreensão dos hábitos e do modo de vida desta população, ponderando que assim será possível entender melhor a formação biológica dos brasileiros.

– Esses brasileiros guardam a memória da cultura e das histórias da nossa gente. Eles trazem uma carga genética que pode explicar o processo de longevidade tão desejado por todos – defendeu o senador.

O senador Mão Santa (PSC-PI) registrou a passagem do Dia do Enfermeiro, comemorado mundialmente em homenagem a Florence Nightingale, que nasceu em 12 de maio de 1820. No Brasil, comemora-se a Semana da Enfermagem, de 12 a 20 de maio, que homenageia também Anna Nery, primeira enfermeira a se alistar voluntariamente em combates militares no país. Esses profissionais, segundo Mão Santa, são lembrados apenas quando acontece uma calamidade ou uma doença. Citando sua experiência de médico plantonista, ele afirmou que a jornada do enfermeiro ou da enfermeira pode ser descrita com três palavras: obstinação, dedicação e estoicismo.

Tuiteiro Fiscal. Este é o nome de parceria firmada pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) com seus seguidores do serviço de *microblogging* Twitter. Pelo acordo, eles passaram a utilizar a internet para enviar fotos e fazer denúncias de descasos que testemunham nos serviços públicos do Pará e do Brasil, além de mostrar boas iniciativas.

– A proposta é que todos os paraenses possam ser fiscais da educação, das finanças, de infraestrutura, da saúde, tanto do Pará quanto do Brasil. É fantástica essa ferramenta. Flexa Ribeiro citou o caso de três escolas da região de Altamira, inconclusas no governo anterior e sucateadas depois de três anos. A denúncia foi feita por meio da internet.



CCJ aprova dois benefícios para parentes de vítimas de terremoto

Auxílio para dependentes de militares falecidos no Haiti

Os dependentes dos 18 militares das Forças Armadas falecidos no terremoto de janeiro de 2010, no Haiti, poderão receber um auxílio especial de R\$ 500 mil por militar, e uma bolsa especial de até R\$ 510 mil para custear despesas com o ensino fundamental, médio ou superior. A proposta (PLC 4/10) do Executivo, foi aprovada pela CCJ, e segue para o Plenário.

O relator, Alvaro Dias (PSDB-PR), havia apresentado emenda para estender os benefícios a todos os dependentes de militares falecidos ou que venham a falecer em virtude de missão. No entanto, retirou as alterações a pedido do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR). O valor do projeto é fixo, e "se o estendermos a

outras categorias, terá que ser dividido, o que inviabilizará a concessão da bolsa no valor proposto", justificou Jucá, que se comprometeu, no entanto, a levar a reivindicação de Alvaro ao presidente Lula.

A CCJ realiza na próxima quarta-feira audiência pública requerida por Tasso Jereissati (PSDB-CE) para discutir a atuação da Polícia Federal nas eleições gerais marcadas para outubro.

O debate terá como convidados o ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, e o diretor do Departamento de Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa.

PEC que extingue eleições pelo voto proporcional passa na CCJ

O voto majoritário, adotado para eleger senadores e candidatos a cargos no Executivo, como prefeitos, governadores e presidente, pode ser adotado também nas eleições proporcionais. A mudança foi aprovada ontem pela CCJ.

De acordo com a proposta de emenda à Constituição (PEC 54/07) apresentada pelo sena-

dor Francisco Dornelles (PP-RJ), deputados estaduais e federais e vereadores eleitos seriam aqueles que tiveram mais votos, independente do desempenho de seus partidos. Com o novo sistema, Dornelles pretende evitar um paradoxo do sistema atual: candidatos eleitos com poucos votos e candidatos com muitos votos derrotados.

Novas regras para condução de trailer e motocasa

O motorista habilitado na categoria B (carro de passeio) poderá dirigir veículo classificado como motocasa com peso inferior a seis toneladas ou lotação máxima de oito lugares, excluído o motorista. Essa autorização já havia sido aprovada em projeto (PLS 168/99) do senador Romero Jucá (PMDB-RR). Ontem a CCJ rejeitou as modificações de conteúdo feitas pelos deputados.

MP poderá propor ação de usucapião de imóvel urbano

O Ministério Público poderá propor ação de usucapião especial de imóvel urbano, em benefício da população de baixa renda, conforme projeto aprovado pela Comissão de Justiça, em decisão terminativa.

A proposta (PLS 49/09), de Demostenes Torres (DEM-GO), acrescenta dispositivo no Estatuto da Cidade.

Modificação nas leis de trânsito retorna à Câmara

Quem dirigir veículo de categoria diferente para a qual está autorizado ou ainda entregar a direção de veículo por pessoa com problemas na Carteira Nacional de Habilitação (CNH) só poderá ter o documento retido por, no máximo, 30 dias úteis, segundo projeto aprovado ontem pela CCJ em decisão terminativa. A matéria volta agora à Câmara dos Deputados.

Aprovada criação de 290 cargos em tribunais

A CCJ aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto (PLC 38/10) que prevê a criação de cargos para a Justiça Militar e para o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 8ª Região, em Belém, e da 21ª Região, em Natal. A Justiça Militar ganhará 132 cargos efetivos e os tribunais do trabalho, mais 158.

Presidente do STF participa de debate sobre duas propostas de emendas à Constituição em análise na CCJ. Para ele, acabar com foro privilegiado é absolutamente inviável

Peluso reprova fim de foro e defende férias de 60 dias

O PRESIDENTE DO Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, analisou ontem, em audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), duas propostas de emenda à Constituição (PECs). Ele classificou como "absolutamente inviável" a PEC 81/07, que acaba com o foro privilegiado para autoridades alvo de processo criminal. E afirmou que, "historicamente", se justifica a concessão de 60 dias de férias para os juízes, medida recomendada pela PEC 48/09.

– Não encontro nenhuma razão forte – salvo a intenção de tratar a todos igualmente em uma democracia – para eliminar essa prerrogativa. Isso é uma prerrogativa de função, e não um privilégio. Trata-se de um instituto de garantia máxima de imparcialidade no julgamento de autoridades nos casos de crimes comuns, de forma a se evitar pressões para sua absolvição ou

condenação – considerou Peluso sobre a PEC 81/07, do senador Gerson Camata (PMDB-ES).

Embora defenda os 60 dias de férias dos juízes – 30 de individuais e 30 de coletivas – contemplados na PEC 48/09, do senador Valter Pereira (PMDB-MS), o presidente do STF discorda que a mudança na Constituição seja o melhor caminho para tratar do assunto. Na sua opinião, o ideal é inseri-lo no projeto de lei de revisão do Estatuto da Magistratura, em tramitação na Câmara dos Deputados.

Saúde em risco

Em relação ao mérito, declarou que as férias dos magistrados têm que se tratadas "do ponto de vista sanitário". E recorreu a uma "explicação histórica" para justificar sua posição:

– A [carreira da] magistratura tem peculiaridades. Magistrado não tem dia nem hora para trabalhar. Eu mesmo testemunhei

uma fase de morte prematura de muitos juízes por infarto em decorrência do excesso de trabalho – comentou Cezar Peluso.

O presidente do STF elogiou a preocupação do relator na CCJ, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), de garantir 30 dias de férias individuais e 30 dias de férias coletivas, incluído nesse período o recesso de final de ano. Nesse particular, Cezar Peluso recomendou apenas que o termo "férias coletivas" fosse substituído por "recesso forense".

A única crítica à PEC 48/09 se restringiu à proibição de conversão das férias individuais dos magistrados em indenização, "o que estabeleceria, praticamente, a perda desse direito". Segundo argumentou Cezar Peluso, é prerrogativa da administração pública cancelar as férias do servidor por necessidade de serviço, mas é preciso haver uma medida de compensação dessa perda.



Fotos de José Cruz

Observado pelo presidente da CCJ, Demostenes Torres (E), o ministro Peluso debate as propostas com os senadores

Senadores apoiam recesso coletivo para juízes

A maioria dos senadores presentes à audiência na CCJ se manifestou a favor da proposta que estabelece 60 dias de férias para juízes e membros do Ministério Público.

Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu a opinião de Cezar Peluso sobre dois projetos de lei complementar (PLSs 374 e 375, ambos de 2007) de sua autoria que reduzem as férias anuais dos juízes para 30 dias corridos; sobre a PEC 21/08, que restabelece o adicional por tempo de serviço na remuneração de juízes e membros do Ministério Público; e sobre a PEC 46/08, que trata da aposentadoria integral para magistrados. Em relação às férias dos juízes, o presidente do

STF confirmou posição favorável à solução adotada pelo relator da PEC 48/09 na CCJ, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE): 30 dias de férias individuais e 30 dias de férias coletivas, ou recesso forense. Mas preferiu não comentar as PECs 21 e 46, alegando desconhecer o conteúdo.

Autor da PEC 48/09, Valter Pereira (PMDB-MS) explicou que sua intenção ao propor 30 dias de férias coletivas para os juízes não foi beneficiar essa categoria, mas garantir ao advogado o direito de também programar esse período de descanso. E aproveitou para apoiar a crítica de Peluso sobre a tentativa de "constitucionalização" das leis

e reivindicar a flexibilização das normas constitucionais consideradas "cláusulas pétreas".

Valadares também defendeu os 60 dias de férias anuais propostos na PEC 48/09 como resposta à "carga de trabalho hercúlea" enfrentada pelos juízes. Jayme Campos (DEM-MT) apoiou a recomendação de Peluso e afirmou que os projetos de lei de Suplicy "levariam praticamente o juiz ao trabalho escravo".

Já Francisco Dornelles (PP-RJ) sugeriu que a categoria deveria ter não um, mas dois meses de férias coletivas. Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) endossou a proposta de 60 dias de férias do presidente do STF.

O Congresso dará expressiva contribuição ao aprimoramento da Justiça com a aprovação da reforma do Código de Processo Penal e do Código de Processo Civil (CPC), afirmou o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). Essa reforma permitirá que se alcance os objetivos do 2º Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça Mais Acessível, Ágil e Efetivo, firmado pelos chefes dos três Poderes em maio de 2009. Entre as inovações citadas por Valadares, está a entrada do processo na era digital, agilizando os trâmites burocráticos.

O senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) culpou o governo da Bahia pelo aumento da criminalidade em Salvador e outras cidades. Para ele, enquanto outros governadores "lançam verdadeiras cruzadas de combate ao crime", o governador Jaques Wagner "age como se estivesse depondo armas ante o poderio do inimigo". – Graças à omissão e à incompetência do governo estadual, a tão cantada e decantada "terra da felicidade" está sendo transformada na terra do medo.

O fato de Roraima não estar incluído no cronograma do Plano Nacional de Banda Larga, anunciada pelo governo federal este mês, levou o senador Augusto Botelho (PT-RR) a exigir um compromisso do Poder Executivo no sentido de estudar as iniciativas possíveis e não permitir que seu estado seja aliado da iniciativa. Segundo o senador, o coordenador do plano, Cezar Alvarez, afirmou que o difícil acesso ao estado dificultaria a sua inclusão imediata na rede de internet de banda larga. Botelho sugeriu que o acesso seja feito via cabo de fibra ótica, a partir da Venezuela, pela rede da Oi.

Seis comissões do Senado realizam audiência pública conjunta para debater projeto que propõe fundo a ser criado com recursos do petróleo

Expositores cobram metas para Fundo Social

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA conjunta, seis comissões do Senado debateram ontem o projeto de lei da Câmara (PLC 08/10) que cria o Fundo Social a ser constituído com os recursos advindos da exploração do petróleo na chamada camada pré-sal. Em comum, os cinco expositores destacaram a importância do debate democrático sobre um fundo que deve perdurar por gerações, além da necessidade de um planejamento prévio, com metas e objetivos, para a utilização dos recursos.

A reunião foi realizada pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Assuntos Sociais (CAS), Educação, Esporte e Cultura (CE), Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), e Assuntos Econômicos (CAE). Falaram sobre a matéria Marcio Pochmann, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Marcelo Piancastelli, economista do Ipea; Maurício de Albuquerque, secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União (TCU); Paulo Springer de Freitas, consultor Legislativo do Senado; Nelson Barbosa, secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; e Fernando Siqueira, presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras.

Pochmann mostrou índices de avaliação de educação e saúde, bem como de bens públicos como bibliotecas e hospitais, em municípios hoje beneficiados com *royalties* do petróleo, concluindo que esses recursos



Paulo Springer de Freitas (E), Marcio Pochmann, Nelson Barbosa, senador Flexa Ribeiro, Maurício Albuquerque, Marcelo Piancastelli e Fernando Siqueira

não necessariamente contribuíram para a diminuição da pobreza. Para o presidente do Ipea, é necessário uma reforma do Estado e uma reforma das políticas públicas brasileiras, uma vez que o Estado hoje delimita o problema em situações estanques: o Ministério da Educação cuida da educação, enquanto o Ministério do Trabalho cuida do emprego e assim por diante.

Marcelo Piancastelli enfatizou a necessidade de o Congresso opinar na aplicação dos recursos do Fundo Social do pré-sal. Segundo ele, o projeto é omissivo com relação a esse ponto.

Paulo Springer de Freitas destacou a necessidade da compatibilização do PLC 08/10

com os outros três projetos de lei que tratam do pré-sal, uma vez que eles trazem referência ao fundo.

Maurício de Albuquerque destacou a necessidade de transparência na aplicação dos recursos, fundamental para que o TCU avalie se estes estão tendo boa aplicação.

Nelson Barbosa afirmou que a previsão do governo é de que o fundo gere uma renda estável de 1% a 1,5% do produto interno bruto (PIB) brasileiro nos próximos 70 ou 100 anos.

Fernando Siqueira considerou o projeto ideal, a não ser pela possibilidade de o governo continuar a realizar leilões para concessão das áreas do petróleo da camada pré-sal.

Especialista defende urgência dos projetos do pré-sal

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) perguntou sobre as principais diferenças do regime de partilha para o de concessão. O presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras, Fernando Siqueira, afirmou que a partilha tem a vantagem de o governo ser remunerado com parte da produção de petróleo, e não em dinheiro. Respondendo a indagação do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), ele disse ser favorável à urgência pedida pelo governo para a votação

dos projetos, já que, antes das eleições, os parlamentares responderão mais prontamente ao clamor da opinião pública.

Nelson Barbosa afirmou que o projeto sobre a capitalização da Petrobras é o mais urgente dos quatro que tratam da exploração do petróleo do pré-sal. Paulo Springer teme que a concessão à Petrobras do direito de exploração, sem licitação, possa significar transferência de patrimônio público para o setor privado.

Casagrande acredita que acordo para votação está bem próximo

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) disse à Agência Senado que está bem próximo um acordo para a retomada das votações, "talvez até mesmo com a retirada dos pedidos de urgência dos projetos que tratam do pré-sal, o que permitirá o debate e votação de todas as matérias da pauta a partir da semana que vem".

Casagrande acredita que a parte relativa aos *royalties*, no projeto que cria o regime de partilha (PLC 16/10) ficará mesmo para depois das eleições, porque os interesses regionais

"não podem ser misturados com a campanha eleitoral".

Ele é autor de emenda ao projeto, em parceria com o senador Francisco Dornelles (PP-RJ), que muda o que foi aprovado na Câmara e restabelece os direitos do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e dos demais estados produtores, tanto nos contratos já assinados quanto nos futuros para exploração do petróleo na camada pré-sal.

O senador acredita que o acordo acontecerá para que as votações recomecem na semana que vem.

Comitê gaúcho define frentes de atuação

O Comitê Gaúcho de Defesa do Pré-Sal trabalhará pela supressão do artigo introduzido na Câmara pelo deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) que devolve às empresas exploradoras, em petróleo, os *royalties* pagos à União. Esse foi um dos temas discutidos em reunião de ontem com a participação dos senadores Pedro Simon (PMDB) e Paulo Paim (PT), do deputado federal Ibsen Pinheiro (PMDB) e dos deputados estaduais Ivar Pavan (PT) e Heitor Schuch (PSB).

Os quatro projetos relativos ao



Simon preside reunião: comitê quer impedir devolução de *royalties* às empresas

pré-sal estão trancando a pauta do Senado: o PLC 309/09 cria a Petro-Sal; o PLC 7/10 institui o Fundo Social; o PLC 8/10 estabelece regras para a capitalização da Petrobras; e o PLC 16/10 define novos critérios para a distribuição

dos *royalties* do petróleo e cria o regime de partilha. O comitê também trabalhará pela rejeição de emenda que transfere a propriedade de poços em terra, da Petrobras, para empresas petroleiras.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
 1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
 2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
 1º Secretário: Heráclito Fortes
 2º Secretário: João Vicente Claudino
 3º Secretário: Mão Santa
 4º Secretário: Patrícia Saboya
 Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata
 Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Augusto Botelho • Acir Gur-gacz • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
 Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
 Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
 Editor-chefe: Flávio Faria
 Editores: Cíntia Sasse, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
 Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda
 Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
 Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
 Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Representantes indígenas participam de debate na CDH e acusam governo de desrespeitar os direitos humanos ao acabar com postos da Funai

Índios exigem revogação do decreto presidencial

O DECRETO PRESIDENCIAL que reformulou a estrutura da Fundação Nacional do Índio (Funai) e extinguiu administrações regionais da entidade (Decreto 7.056/09) é ilegal e inconstitucional e deve ser revogado. Essa é a opinião dos representantes indígenas e de servidores da Funai que participaram de audiência pública que discutiu, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), os problemas gerados ao indígenas a partir do decreto.

Eles informaram que será formada uma comissão de indígenas de todo o país para propor alternativas ao decreto. O presidente da CDH, senador Cristovam Buarque (PDT-DF) se comprometeu a intermediar as reivindicações com o presidente da Funai, Márcio Meira, com o ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, e com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso.

Ao publicar o decreto sem consultar os povos indígenas, argumentou o vereador de Campinápolis (MT) Jeremias Pinita'Awe, o presidente Lula desrespeitou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que exige observância dos interesses dos povos envolvidos quando decisões legislativas ou administrativas

possam afetá-los diretamente. Ele disse que os povos indígenas esperavam desde 2003 que o governo promovesse uma discussão "aberta e séria" com eles sobre implementação de políticas indigenistas, bem como em relação a reformulação da Funai, o que não aconteceu.

Vulnerabilidade

Além de desrespeitar a convenção da OIT, o decreto alterou a finalidade da Funai, o que deve ser feito apenas por emenda constitucional. Em sua avaliação, há violação dos direitos humanos dos indígenas, que ficaram numa situação de vulnerabilidade.

– Não podemos interferir na conveniência e oportunidade da administração pública ao editar normas, mas o aparato estatal não pode ser usado contra uma população em situação de vulnerabilidade – disse Pinita'Awe.

O representante da população indígena do Maranhão, cacique Raimundo Guajajara, observou ser inconstitucional o decreto, por violar os direitos humanos. Ele criticou o Congresso por permitir que a Constituição seja desrespeitada.

– Estão pisando na Constituição. Se eu fosse parlamentar, eu me envergonharia. Verifiquem melhor a nossa lei. A Funai deve



Lideranças indígenas dizem que decreto fere normas internacionais e coloca povos em situação de risco

dar assistência aos índios, não aos interesses políticos. O decreto é cruelmente criminoso – ressaltou o cacique.

Na avaliação do líder indigenista Carlos Pankararu, o decreto "é mal intencionado", uma vez que foi editado no último dia do ano passado, quando o Congresso Nacional estava em recesso, e sem consultar a população indígena. Segundo ele, o presidente da Funai teria afirmado que o decreto sairia mesmo se os indígenas fossem ouvidos.

– Isso é ditadura. Se há democracia nesse país, que se coloque em prática – disse Pankararu.

CDR aprova fim da regularização de terrenos em áreas de risco

Proposta que impede a implantação de projetos de infraestrutura básica e de regularização fundiária em assentamentos localizados em áreas de risco foi aprovada ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). A medida visa prevenir deslizamentos de encostas, que podem resultar em tragédias com mortes, como tem sido frequente em períodos de grande volume de chuvas.

Em seu parecer favorável ao PLS 99/10, Gerson Camata (PMDB-ES) frisa que a Lei 11.977/09, que criou o Programa Minha Casa, Minha Vida, precisa prever exigências de regularização fundiária que impeçam a implantação de assentamentos em áreas perigosas ou insalubres, como encostas de morros e várzeas de rios.

O relator substituto, senador César Borges (PR-BA), argumentou que medidas voltadas para a universalização de serviços públicos, como saneamento básico, energia elétrica e transportes, acabam por consolidar assentamentos localizados em áreas de risco, comprometendo a segurança de milhares de pessoas.

O projeto prevê que os responsáveis pela implantação de infraestrutura básica ou regularização fundiária em terrenos com declividade superior a 30%, ou em condições geológicas que não aconselhem edificação, bem como em áreas de preservação ambiental, ficam sujeitos a pena de reclusão de um a quatro anos, mais multa.

A proposta segue agora para análise da Comissão de Meio Ambiente (CMA).



César Borges (E) e Neuto De Conto na CDR: alerta em assentamentos



Rafael Lopes (E), Jeremias Pinita'Awe, Cristovam Buarque, Antônio Salmeirão, pela Funai, e Carlos Pankararu

Para Funai, medidas vão aprimorar atendimento

O procurador-geral da Funai, Antônio Marcos Guerreiro Salmeirão, representando o presidente do órgão, afirmou que a entidade precisava ser reformulada, pois a Constituição de 1988 passou a tratar os indígenas como capazes. Antes da promulgação da Carta, o índio era considerado incapaz e tutelado pelo Estado. Esse antigo modo de ver as populações indígenas, observou Guerreiro, ainda se encontra entre alguns servidores da Funai, que não assimilaram o novo conceito.

De acordo com Antônio Salmeirão, o decreto presidencial foi editado para melhor distribuir servidores nas coordenações regionais e nas unidades. As medidas vão aprimorar o atendimento aos indígenas, bem como melhorar a alocação dos recursos públicos, explicou.

O secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Rafael Lopes Torres, informou que o tribunal realizou auditorias na Funai

nos anos de 2002 e 2003 e encontrou problemas, especialmente ligados à estrutura do órgão: falta de condições para desenvolvimento dos projetos, carência de instalações e equipamentos adequados e falta de critérios para definir o que seja posto indígena e núcleo de apoio. Essas condições podem ter mudado, assinalou.

O TCU não recomendou extinção de unidades ou definição de atribuições, tarefas que cabem ao Poder Executivo. Apesar dos problemas estruturais verificados, Rafael Torres disse que o TCU constatou a importância do trabalho realizado nos postos em benefício das populações indígenas e sugeriu a qualificação da Funai como agência executiva e não mais uma fundação.

José Nery (PSOL-PA) lamentou a ausência do presidente da Funai, defendendo que a reformulação do decreto deve levar em conta as demandas indígenas.

Já Eduardo Suplicy (PT-SP)

disse ser indispensável que o presidente da Funai explique ao Parlamento, aos servidores da Funai e à população indígena a motivação do decreto.

Denúncias

Indigenista e geógrafo especialista em Gestão e Ordenamento Territorial da Universidade de Brasília, Wagner Tramm pediu a investigação de denúncias de nepotismo na Funai e de fraudes nos processos de licenciamento ambiental. Segundo ele, servidores vêm sofrendo assédio moral e coordenadores competentes são afastados de suas funções e substituídos sem nenhum critério técnico.

– A Funai está entregue às baratas, o patrimônio está abandonado, os servidores estão impedidos de atuar e o pior é presenciar o Estado, que tem a função de estabilizar conflitos, fomentar conflitos. O decreto vai estimular a guerra interétnica entre garimpeiros e indígenas – previu.

Infraestrutura portuária será tema de debate

A CDR aprovou pedido do senador Neuto De Conto (PMDB-SC) para a realização de debate sobre a necessidade da melhoria na infraestrutura portuária como forma de dinamizar o trabalho nos portos, contribuindo para potencializar o turismo e diminuir as desigualdades regionais.

Neuto De Conto lembrou que integrantes da CDR irão a Fortaleza no próximo dia 20 para verificar se as medidas destinadas a preparar a cidade para ser uma das sedes da Copa do Mundo de 2014 estão sendo implementadas.

Mudanças na Lei Pelé ficam para quarta-feira

Pedido coletivo de vista adiado para a próxima quarta-feira o exame do relatório do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) sobre as alterações na Lei Pelé (Lei 9.615/98).

A decisão foi tomada ontem durante a reunião conjunta de quatro comissões do Senado: Constituição e Justiça (CCJ), Assuntos Econômicos (CAE), Assuntos Sociais (CAS) e Educação, Cultura e Esporte (CE).

Alvaro Dias fez uma crítica à demora na deliberação sobre a proposta, que tramitou por cinco anos na Câmara dos Deputados.

MARCO MACIEL RESSALTA A ATUAÇÃO MÚLTIPLA



O Brasil até hoje se surpreende com a atuação de Joaquim Nabuco, disse ontem o senador Marco Maciel (DEM-PE), assinalando que o homenageado pelo Senado destacou-se em vários dos aspectos em sua vida pública – o intelectual, o político, o parlamentar, o orador e o homem público. – Não se trata de um caso em que a obra a que dedicou boa parte de sua vida haja sido superior à própria vida, apesar dela o haver consagrado para sempre e tornado imortal. Também não é o caso de supor que a vida exemplar que viveu, servindo a seu país, com as ideias que defendeu, pôde ser maior do que as atividades a que se entregou – resumiu.

UM PRECURSOR DA RENDA BÁSICA, AFIRMA SUPLYCY



Na opinião de Eduardo Suplicy (PT-SP), Joaquim Nabuco pode ser considerado um dos precursores da ideia da renda básica de cidadania. O senador afirmou que o grande avanço da Humanidade no século 19 foi a abolição da escravatura; no século 20, o sufrágio universal; e no século 21, será a renda básica. Suplicy lembrou que Nabuco foi um dos fundadores da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão e deixou a carreira diplomática para se dedicar à política, como deputado. Visitou o Papa e trouxe um escrito dele contra a escravidão, o que deixou os católicos, em sua maioria, arrefecidos. “A princesa Isabel teria sido influenciada pelas palavras do Papa ao assinar a Lei Áurea”, disse o senador.

PARA CAVALCANTI, LIÇÕES SÃO VÁLIDAS ATÉ HOJE



Roberto Cavalcanti (PRB-PB) afirmou que as lições de Joaquim Nabuco “continuam válidas ainda hoje”, pois ele entendia que não bastava libertar os escravos, mas era necessário depois integrá-los à sociedade. – Os descendentes dos escravos foram mantidos, em boa parte, à margem do desenvolvimento econômico e social. A grande obra da abolição ainda se encontra a ser feita. Essa enorme tarefa de transformação social, de inclusão de milhões de indivíduos marginalizados, é a que cabe ao Estado brasileiro de hoje – observou. Cavalcanti sustentou que Nabuco era diferente dos outros abolicionistas, pois decidira lutar contra a escravidão desde jovem.

Plenário lembra os cem anos da morte do político, diplomata e historiador, enfatizando sua participação fundamental no fim da escravatura no Brasil

Luta de Joaquim Nabuco é lembrada pelos senadores

O SENADO HOMENAGEOU ontem o abolicionista, político, diplomata e historiador pernambucano Joaquim Nabuco, que nasceu no Recife em 1849 e morreu em Washington (EUA) em 1910. O presidente do Senado, José Sarney, ressaltou a importância de Nabuco para a abolição da escravatura, afirmando que ele adicionou à luta “o ideal humanitário”. – Foi ele que transformou aquela causa, que existia como uma revolta de cada um, numa causa nacional à qual ele dedicou sua vida inteira e por que pregou, discursou e abriu jornais – disse.

Sarney lembrou que Nabuco relata em seu livro *Minha formação*, que se tornou abolicionista ao visitar o cemitério dos escravos do engenho onde viveu

a infância, em Pernambuco, após retornar de suas viagens pela Europa. Nesse momento, teria decidido dedicar sua vida à luta contra o escravagismo, bandeira já defendida por José Bonifácio desde a campanha pela Independência, mas a partir daí, disse Sarney, “transformada por Nabuco”. – Ele foi um dos grandes homens deste país, porque reuniu, pela primeira vez, a consciência nacional em torno de uma grande causa, a causa extraordinária que foi a da libertação dos negros no Brasil, esses negros que deram ao Brasil a identidade nacional – afirmou o senador. Ao procurar trazer informações diferentes do que o ideário popular já consagrou, e os oradores anteriores já haviam rememorado, Sarney buscou

destacar outras facetas de Joaquim Nabuco, a sua “figura humana”. Disse que era conhecido como “Quincas, o belo”, e foi vanguardista ao influenciar a mudança da indumentária grave que existia no tempo do Império quando voltou da Inglaterra, ao adotar roupas de casimira inglesa e ternos xadrez. Sarney mencionou a adesão de Joaquim Nabuco ao movimento que pregava a manutenção da monarquia, e disse que “estaria contra Nabuco” se vivesse naquele século, pois acreditava na república. Por essa bandeira, Joaquim Nabuco teria ficado “isolado dos grandes homens do seu tempo, vendo o esplendor de Rui Barbosa, vendo crescer Rio Branco” e teria dito na ocasião “cumprir dez anos de viuvez”, relatou o senador.



Cristovam faz pronunciamento durante sessão em homenagem à memória do abolicionista Joaquim Nabuco

Cristovam: Nabuco foi um estadista com uma causa

Autor do requerimento para realização da sessão em homenagem a Joaquim Nabuco, Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que o político e historiador foi um estadista que lutou por uma causa – a abolição da escravatura. Segundo o senador, essa causa simbolizava o princípio de uma série de mudanças que dela decorreriam para beneficiar gerações. – Foi um político de causa de grandeza, com P maiúsculo, mas sabia fazer os trâmites necessários para que o projeto fluísse, graças às suas articulações e à lei que mais revolucionou o país até hoje – elogiou.

Cristovam enfatizou o caráter político de Joaquim Nabuco, que não mudava “ao sabor do vento” e se manteve sempre firme em defesa da abolição, independentemente da mudança do regime. O senador observou que Nabuco usou toda sua habilidade como articulador político para que a proposta da abolição – mesmo apresentada pelo Partido Conservador, e não pelo Partido Liberal, que era o seu – avançasse e fosse aprovada. – Convencer um povo que vivia há muitos séculos na escravidão de que era possível viver sem ela, de que sem escravos funcionaria muito melhor, esse

foi seu maior mérito. Teve de convencer até mesmo os escravos – observou. Outros aspectos da personalidade de Nabuco que o senador julga importantes são seu “profundo sentimento humanista” e a “absoluta clareza” com que expressava seus pensamentos na língua portuguesa, o que pode ser verificado na leitura de suas obras. Tudo isso associado, segundo Cristovam, a uma visão “cosmopolita nacionalista” em que foi capaz – por sua cultura vasta, domínio de diversos idiomas, entre outras virtudes – de pensar o Brasil para as futuras gerações.

MARCONI EXALTA DESAFIO DE DAR FIM À ESCRAVIDÃO



Marconi Perillo (PSDB-GO) equiparou Joaquim Nabuco a Rui Barbosa e ao Barão do Rio Branco, ao destacar o importante papel desempenhado pelo brasileiro no cenário político internacional. A atuação diplomática de Joaquim Nabuco, afirmou o senador, “trouxe visibilidade para o Brasil e mostrou a força de nossa civilização, em particular na Europa e nos Estados Unidos”. Marconi considerou equivalente o desafio enfrentado por Nabuco de eliminar o sistema escravagista da economia nacional ao de se romper as estruturas arcaicas do século 20 que emperram atualmente o empreendedorismo e obstruem a competitividade.

NERY COBRA FIM DO TRABALHO ESCRAVO



Como lembrou José Nery (PSOL-PA), a luta de Joaquim Nabuco não acabou com a escravatura no país, embora o trabalho escravo seja praticado nos dias atuais de forma diferente da escravidão negra. – Conforme previu o próprio Nabuco, não adiantou abolir a escravidão por si só. A obra da escravidão deveria ser destruída, e isso infelizmente não aconteceu – afirmou Nery, para quem a “obra da escravidão” reflete-se na desigualdade social até hoje nunca solucionada no Brasil. O que diria Nabuco, mais de 100 anos depois do fim da escravatura, se visse hoje milhares de trabalhadores submetidos à escravidão em canaviais e fazendas distantes no país, indagou o senador.

VIRGÍLIO DESTACA O HOMEM À FRENTE DE SEU TEMPO



Para o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), Joaquim Nabuco “rompeu com os preconceitos de sua época” e teve a capacidade de perceber a necessidade econômica de retirar os escravos de uma situação de desumanidade para inseri-los, como homens livres, no mercado de trabalho. – Elegante, poliglota, teve a sensibilidade para perceber que as pessoas nascem iguais e devem ter iguais oportunidades – ressaltou. Arthur Virgílio observou que o abolicionista rompeu, em vários aspectos, com a elite econômica e cultural, da qual fazia parte, para empenhar-se na luta pela abolição da escravatura, que considerava “parricídio de uma raça, fratricídio de uma nação”.

Ministro quer Estatuto da Igualdade Racial

“É preciso dar prosseguimento à obra de Joaquim Nabuco e de todos aqueles abolicionistas que largaram sua vida por esta causa”, disse o ministro da Igualdade Racial, Eloi Ferreira

de Araujo, ao defender a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, o PLS 213/03, do senador Paulo Paim (PT-RS). O projeto está pronto para ser votado pela Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania (CCJ). Eloi Ferreira disse que, caso seja aprovado, o Estatuto da Igualdade Racial se transformará no principal diploma legal brasileiro desde que a Lei Áurea

foi sancionada. Para ele, da mesma forma que lutou pela Lei Áurea – que completa 122 anos hoje – Joaquim Nabuco, caso estivesse vivo, estaria trabalhando pela aprovação do estatuto.